



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

ATA

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO DO FÓRUM NACIONAL DA SAÚDE DO CNJ CONFORME COMPOSIÇÃO PREVISTA NO ATO NORMATIVO TJES Nº 045/2022, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO TJES Nº 003/2026 (DJ 15.01.2026).

Aos 27 de fevereiro de 2026, às 14h, na sala de reuniões do primeiro andar deste e. TJES, reuniram-se o Coordenador Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, o Juiz de Direito Rubens José da Cruz, o Juiz de Direito Felipe Monteiro Morgado Horta, a Juíza de Direito Kátia Toríbio Laghi Laranja, o Juiz Federal Guilherme Alves dos Santos, o Juiz Federal Luiz Henrique Horsth da Matta, a Procuradora do Estado do Espírito Santo Elaine Pereira da Silva, as Defensoras Públicas do Estado do Espírito Santo Maria Gabriela Agapito da Veiga Pereira da Silva e Adriana Peres Marques dos Santos, os representantes da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo Malcon Cecilioti Gonçalves e Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo, a representante do NATJUS/ES Daniela de Mello Silva, a representante do CRM/ES Karoline Calfá Pitanga, o representante do CRF/ES Leandro Rodrigues Passos, os representantes da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vitória Derick Breder Silveira e Marina Ribeiro dos Santos, os Advogados Alexandre de Souza Machado, Eduardo Amorim e Clenir Sani Avanza, o representante do Sindijudiciário Pedro Alexandre Hemerly (via Zoom). O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos agradeceu a presença de todos e submeteu ao Comitê o teor da ata da reunião ocorrida em 12/12/2025, aprovada à unanimidade. Em seguida, o Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos tratou da Semana Nacional da Saúde 2026, sugerindo como tema “saúde da pessoa idosa”. Os membros do Comitê debateram e assentiram com a sugestão. A Juíza de Direito Kátia Toríbio Laghi Laranja, que tem atuação junto ao NUPEMEC, falou sobre os vários desdobramentos da temática e as possibilidades de submissão a sessões de conciliação. Foi pontuado pelo Coordenador a relevância da participação de todos os membros do Comitê, solicitando, inclusive, a colaboração da OAB/ES, do Ministério Público e da Defensoria Pública no sentido de empreender esforços para buscar a autocomposição. A Defensora Pública do Estado do Espírito Santo Maria Gabriela Agapito da Veiga Pereira da Silva ressaltou a experiência exitosa da Defensoria Pública de Sergipe e seguiu apontando ser relevante que as instituições, abertas a conversar, pensem em medidas efetivas para que se consiga avançar na mediação e conciliação. O advogado Alexandre de Souza Machado disse ter esboçado projeto de câmara permanente de conciliação, cuja sugestão encaminhará ao conhecimento e análise do Comitê. O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos tratou de outra atividade a ser contemplada na Semana Nacional de Saúde, qual seja, a prestação de serviços de saúde mediante parcerias, que ficará a cargo da SESA e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vitória, as quais já manifestaram sua participação. A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vitória, através dos seus representantes Derick Breder Silveira e Marina Ribeiro dos Santos, listou como possíveis atividades as voltadas à prevenção de acidentes/quedas, controle do tabagismo, cuidados com a saúde bucal e com a alimentação/nutrição, imunização. Foi, ainda, abordada a existência de ferramenta de inteligência artificial pertinente aos serviços de saúde disponível para os municípios de Vitória, bem como a possibilidade da Secretária Municipal de Saúde do Município de Vitória

participar das atividades formativas. O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos recordou a atuação da EMES no âmbito das atividades de capacitação da Semana Nacional da Saúde, tendo a representante do NATJUS/ES Daniela de Mello Silva mencionado a disponibilidade do NATJUS/ES em participar, tal como feito no ano precedente. A representante do CRM/ES Karoline Calfa Pitanga sugeriu que durante o evento fossem divulgados os espaços de convivência/centros de acolhimento voltados à pessoa idosa. O representante do CRF/ES Leandro Rodrigues Passos mencionou ser relevante para a pessoa idosa a conciliação medicamentosa, colocando-se à disposição para participar explorando o assunto. O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos divulgou os eventos "O Direito Médico e a Atuação do NatJus" e "I Fórum Internacional da Judicialização da Saúde Suplementar", convidando os integrantes e solicitando que a confirmação de participação ocorresse até hoje. A Juíza de Direito Kátia Toríbio Laghi Laranja destacou que a submissão de trabalhos científicos ao "I Fórum Internacional da Judicialização da Saúde Suplementar" vai até dia 05/03/2026. Informou-se, ainda, aos membros acerca da realização do Fonajus Itinerante em nosso Estado em maio deste ano, nos dias 04 e 05. Passou-se a palavra ao representante da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo Malcon Cecilioti Gonçalves, que tratou da inobservância, pelos magistrados, dos prazos para cumprimento de decisões judiciais elencados no manual de cumprimento de decisões judiciais em saúde pública editado por este Comitê, bem como falou das dificuldades de contato que estariam ocorrendo junto às unidades judiciárias, além de destacar o importante trabalho feito pelo NATJUS/ES, que produz as notas técnicas no prazo médio de 48 horas. O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos pediu que a SESA identifique mediante ofício os casos em que isso teria ocorrido, a partir do que o Comitê poderia editar comunicação mais ampla para os magistrados. O Juiz de Direito Rubens José da Cruz sugeriu a realização de novos ciclos de capacitação, em vista da reestruturação recente do PJES. A representante do NATJUS/ES Daniela de Mello Silva informou que as solicitações de atuação no NATJUS/ES, em especial as vindas dos Juizados, estão sendo enviadas sem instrução correta, pois iniciados os processos (que não pressupõem a atuação de advogado) desacompanhados de laudo, receita etc, sendo, por exemplo, necessária a capacitação desses atendentes que atuam na abertura de processo (CAJE). O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos pontuou que o NATJUS Suplementar está sendo pensado no âmbito do TJES em colaboração com diversos entes. A representante do CRM/ES Karoline Calfa Pitanga trouxe algumas ponderações sobre a polilaminina, sua judicialização e a perspectiva ética da atuação do profissional médico no uso compassivo. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos

Coordenador do Comitê Estadual do ES do Fórum Nacional da Saúde do CNJ



Documento assinado eletronicamente por **JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS**,
DESEMBARGADOR, em 02/03/2026, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3091004** e o
código CRC **5604C35E**.